

100% de aminoácidos livres, isenta de lactose, sacarose e glúten, minerais e vitaminas de acordo Comidr/Codex/FAO/OMS, acrescido de LC - Pufas (Ácidos Graxosara e DHA) e TCM, em embalagem própria, hermeticamente fechada, ao preço unitário de R\$ 138,00, no total de R\$ 20.700,00, da empresa Empório-hospitalar Com. de Prods. Cir. Hosp. Ltda, com amparo no Inciso IV do Artigo 24 da Lei - 8666/93.

Comunicado
Em obediência à Resolução - 5, de 24-04-97, publicada em 10-05-97, do Tribunal de Contas do Estado, indicamos a seguir, os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de envolverem despesas inadiáveis e imprescindíveis como gás medicinal, contrato de locação de equipamento, contrato de manutenção, medicamento, gênero alimentício e material de consumo indispensáveis para o bom andamento das atividades. Estes pagamentos, considerando a excepcionalidade do caso, estão sendo autorizados independentes da ordem cronológica de sua inscrição no Siafem.

DOCUMENTO	VALOR DOCUMENTO	DATA VENCIMENTO
092201090562016PD11935	344,20	27/09/2016
092201090562016PD11952	8,80	27/09/2016
092201090562016PD11954	700,00	27/09/2016
092201090562016PD12160	2.000,00	27/09/2016
092201090562016PD11374	1.308,00	28/09/2016
092201090562016PD11486	900,00	28/09/2016
092201090562016PD11487	117.000,00	28/09/2016
092201090562016PD11488	1.206,00	28/09/2016
092201090562016PD11491	778,88	28/09/2016
092201090562016PD11569	1.448,00	28/09/2016
092201090562016PD11570	468,00	28/09/2016
092201090562016PD11571	17.100,00	28/09/2016
092201090562016PD11572	17.100,00	28/09/2016
092201090562016PD11712	1.783,50	28/09/2016
092201090562016PD11806	5.036,01	28/09/2016
092201090562016PD11859	8.683,20	28/09/2016
092201090562016PD11877	2.181,49	28/09/2016
092201090562016PD11938	248,59	28/09/2016
092201090562016PD11945	662,58	28/09/2016
092201090562016PD11947	2.503,98	28/09/2016
092201090562016PD12192	2.409,16	28/09/2016
092201090562016PD12234	7.999,98	28/09/2016
092201090562016PD12237	2.945,00	28/09/2016
092201090562016PD12238	104,98	28/09/2016
TOTAL	194.920,35	

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO

Despacho do Diretor Presidente, de 29-9-2016
Ratifico a dispensa de licitação, para aquisição direta da empresa Life Technologies Brasil Com. e Ind. de Prod. para Biotecnologia Ltda, de dois mercocicladores simpliamp, da marca Applied Biosystems, com recursos do Projeto Finep - 1642/2008, no valor total R\$ 38.000,00, com base no Inciso XXI, do artigo 24 da Lei Federal - 8.666/93.

FUND. DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS - RIBEIRÃO PRETO

Despacho do Diretor Executivo da Faepa, de 27-9-2016

Conforme as informações contidas no Processo Faepa - 1041/2016, autorizo o pagamento de: 1 unidade de kit para implante de cardioversor desfibrilador implantavel (CDI) dupla camera, ao preço unitário de R\$ 32.992,91, no total de R\$ 32.992,91, da empresa ST Jude Medical Brasil Ltda, com amparo no Inciso II do Artigo 23, do Regulamento de Licitação e Contrato Faepa, de 30-12-2008.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU

Comunicados
Referência: Comunicado
O Diretor Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – SP – CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º “caput” da Lei Federal - 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento do processos:
598/2016 – (Aimara) Nota(s) Fiscal(s) - 20667,20664, o pagamento ocorreu no dia 05-05-2016.
Referência: Retificação
Ref: Retificação- Processo - 3366/2016 – Mobiliare Móveis Corporativos
Conforme despacho folha 32, estamos efetuando a regularização na conta da empresa Mobiliare Moveis Corporativos, inscrita no CNPJ sob número 10.250.102/0001-19 o valor de R\$ 844,80. Toma-se assim sem efeito a publicação do 22-09-2016 do D.O(Notificação) pelo motivo de divergência de datas em nosso sistema.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

Comunicado
Convite aos Órgãos Públicos e Entidades para Registro de Preços
O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - Hcfamema, nos termos do Inciso I do artigo 5º do Decreto - 47.945/03, convida os órgãos públicos e entidades interessados em participar na condição de órgão participante, do Registro de Preços, objetivando a aquisição de lençol para maca branca 1,30 x 2,50 m, tecido algodao trancado e tecido brim 100% algodao cor azul. O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – Hcfamema receberá a documentação e a intenção de participar do presente Registro de Preços até às 17h do dia 06-10-2016. As dúvidas poderão ser esclarecidas através do e-mail compras@famema.br ou pelo telefone (14) 3402-1795.

Logística e Transportes

GABINETE DO SECRETÁRIO

CENTRO ADMINISTRATIVO

Extrato de Termo Aditivo
Processo: SLT 093/2012
Contrato: SLT 002/2013
Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico
Contratante: Secretaria de Logística e Transportes
Contratada: Helicópteros do Brasil S/A – HELIBRÁS
Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva de 1 Aeronave tipo Helicóptero mod. EC135T2+ Matr.: PR-GSP
Objeto do Aditivo: (3º Termo) de Prorrogação de prazo
Vigência: 28-03-2016 a 27-03-2017
Valor total do Aditivo: R\$ 420.189,18
Classificação dos Recursos: 001 – Tesouro do Estado
Data da Assinatura: 28-03-2016

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIRETORIA DE ENGENHARIA

Extrato de Contrato
PR 002031/18/DE/16 – Contratante: DER/SP – Contrato 19.373-2 – Contratada: Ellenco Construções Ltda. – Termo Aditivo e Modificativo 388 – Data: 28.9.16 – Objeto: Contratação das Obras e Serviços de Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos, dispositivos e implantação de faixas adicionais melhorias da SP-062, nos trechos entre o km112,60 e o km123,70, entre o km159,80 e o km172,63 e entre o km178,00 e o km186,30, com extensão de 32,23km. Edital LPI 005/14, Lote 1. – Autorização e Aprovação do Superintendente em 15.9.16 à fl. 81 da PR. – Fundamento Legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b”, §1º da Lei Federal 8.666/93. – Esclarecimento: Este é o 2º Termo Aditivo e Modificativo do referido contrato. – Adições e Modificações: Despesa: Para enfrentar a execução das obras e serviços, considerando: o decréscimo de serviços na importância de R\$ (35.192,40) que corresponde a 0,05% do valor inicial e o acréscimo de serviços na importância de R\$ 4.665.379,26 que corresponde a 6,85% do valor inicial, no valor de R\$ 4.630.186,86 no valor de R\$ 72.727.064,45. – Alteração do Anexo I (orçamento/proposta): O Anexo I autuado às fls. 50/52 da PR aprovado pela Diretoria de Engenharia em 29.8.16, à fl. 65 e ratificado pelo Diretor de Operações em 5.9.16, às fls. 69/70 da mesma PR. – Cronograma: O cronograma autuado à fl. 37 da PR, aprovado pelo Superintendente em 15.9.16 à fl. 81 da mesma PR regulará o andamento das obras e serviços. – Garantia: R\$ 3.636.353,22 – Reforço de caução, em decorrência do acréscimo de despesa: R\$ 231.509,35 – Condições de Pagamento: Inclua-se no contrato: Constitui condição para a realização do pagamento a Inexistência de registros em nome da Contratada no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo-Cadin Estadual, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento. – Confirmações: Continuam em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente TAM.

DEPARTAMENTO AEROMARÍTIMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Extrato de Contrato
Edital - 0001/Daesp/2016
Modalidade - Tomada de Preços
Processo - 0038/2016/ Daesp
Contrato - 0021/2016
Contratante - Daesp
Contratada - Plaw Construções e Locações de Equipamentos Ltda – Epp
Objeto - Obras de engenharia para ampliação da capacidade da infraestrutura elétrica, ar-condicionado e sistema remoto de alerta aeronáutico e obtenção de AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, no Aeroporto de Presidente Prudente – SP
Valor do Contrato - R\$ 359.577,69
Caução - R\$ 17.978,88
Recursos - U.O. 16056 – Programa de Trabalho: 26781160711100000 Fonte de Recurso: 001001001 - Natureza da Despesa: 44905110
Prazo - 180 dias
Data da Assinatura do Contrato - 26-09-2016

Cultura

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo expediente da Secretaria da Cultura, de 29-9-2016
Processo: SC/ 31278/2014 “Temporada Infantil Alfa”, (13683). Interessado: Instituto Alfa de Cultura. Assunto: Autorização para transferência de valores de apoio. Em atendimento ao Decreto de Regulamentação do PAC – Decreto 54.275, de 27/04/09, que em seu artigo 22 determina que o saldo eventualmente existente em conta corrente bancária, resultante da finalização ou do cancelamento de projeto no âmbito do PAC – Incentivo Fiscal, deverá ser recolhido ou transferido, por mecanismo bancário próprio, diretamente ao Fundo Estadual de Cultura, no prazo máximo de 30 dias contados do respectivo evento. Parágrafo único – Por solicitação escrita do proponente e obtida a prévia aprovação da empresa patrocinadora, da CAP e do Secretário da Cultura, o saldo de que trata o “caput” deste artigo poderá ser transferido para a conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado. E, ainda, considerando a aprovação pela CAP aos 24-09-2016, bem como solicitação de Instituto Alfa de Cultura (proponente), em correspondência recebida aos 09-09-2016, devidamente autorizada por Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. (patrocinadora), em correspondência recebida aos 15-09-2016, Braskem S.A. (patrocinadora), em correspondência recebida aos 15-09-2016, e Eurofarma Laboratórios S.A. (patrocinadora), em correspondência recebida aos 15-09-2016, autorizo a transferência de recursos, no valor de R\$ 20.920,00, de apoio inicialmente realizado ao Projeto: SC/31278/2014 “Temporada Infantil Alfa”, (13683) para SC/32507/2016 “Alfa Dança”, (20514).

Comunicado
Observadas as exigências da Resolução TC. - 5, de 24-04-97, republicada em 10-05-97 e do artigo 5º da Lei Federal 8666/93 e alterações posteriores determinando fossem justificados os pagamentos que, porventura, não obedecerem a ordem cronológica, temos a esclarecer que os pagamentos realizados por esta Secretaria de Estado da Cultura têm como objetivo atenderem compromissos assumidos com fornecedores e prestação de serviços pertinentes às atividades da Pasta, ocorrendo sempre, em razão de despesas que se configuram como inadiáveis:
PDS a serem pagas
120001
Data: 28-09-2016
120101 - 2016PD00491 - 93.656,54
Total - 93.656,54

UNIDADE DE ATIVIDADES CULTURAIS

UNIDADE DE FOMENTO À CULTURA

Despacho do Coordenador, de 29-9-2016
Diante dos elementos que instruem os autos, decido, conforme artigo 30, da Resolução SC 96, de 22-11-2011, com redação dada pela Resolução SC 14, de 09-03-2016, por aprovar as contas dos seguintes projetos:
Interessado: Agencia Observatório Distribuidora de Filmes Ltda-ME
Projeto: “ Ato, Atalho e Vento ”
Procedimento: SC/148552/2014
Interessado: Educom.Arte – Proj. em Educ, Comunic. E Cultura
Projeto: Histórias do Lugar: Retratos Videográficos e Literários
Procedimento: SC/100518/2016
Interessado: Selene Marinho Produções Artísticas
Projeto: Número, Faz Favor?
Procedimento: SC/42214/2013
Interessado: Cena Produções Artísticas S/C Ltda
Projeto: “ Prof-Montagem e Temporada 2 Meses
Procedimento: SC/96505/2012
Interessado: Instituto Artefactual Cultural
Projeto: Dicionário sem Educação

Procedimento: SC/21677/2013
Interessado: Instituto Recicle
Projeto: Di Cavalcanti – Retrato de uma Amizade
Procedimento: SC/151213/2013
Interessado: Daniel Jorge Carlomagno ME
Projeto: “ a Grande Invenção ”
Procedimento: SC/141043/2012
Interessado: Associação Joseense para o Fomento da Arte e da Cultura
Projeto: “ Vicentina Musical ”
Procedimento: SC/145778/2012
Interessado: Marina Lopes Coelho
Projeto: “ LX92 II ”
Procedimento: SC/101509/2013
Interessado: Beljo Produções Artísticas Ltda-ME
Projeto: “ Alguém de Alguém Lugar Pra Outro Distraído em sua Andada ”
Procedimento: SC/ 21118/2013
Interessado: Veridiana Tedeschi de Toledo
Projeto: “ Meu Trabalho é Um Parto ”
Procedimento: SC/38397/2013
Interessado: Kaye Conforto Masano
Projeto: “ Circulação do Espetáculo Desconforto - Um Espetáculo de Mágicas Clownescas
Procedimento: SC/28580/2013
Interessado: Roberta de Lima Larizza
Projeto: “ Babado de Chita-Cortejando nos Parques ”
Procedimento: SC/118077/2013
Interessado: Luiz José de Andrade Sergio Feião
Projeto: “ Olhar pelo Futuro - Exposição ”
Procedimento: SC/83610/2014
Interessado: Martinelli Films, Arts e Comunicação Ltda.
Projeto: “ Festival Internacional de Animação do Cone Sul- Animasur ”
Procedimento: SC/104000/2011
Interessado: De La Plaza Serviços Artísticos Ltda - ME
Projeto: “ Águas de L'Avaz ”
Procedimento: SC/32915/2014
Interessado: Elisa Medeiros Mancuso
Projeto: “ Bloco – Festival de Música ”
Procedimento: SC/99162/2014
Interessado: Walmir Carlos Mautari Júnior
Projeto: “ São Paulo, Berço do Samba ”
Procedimento: SC/50379/2013
Interessado: Anderson Maurício dos Santos
Projeto: “ Dentro é Lugar Longe ”
Procedimento: SC/63470/2013
Interessado: Cult Cultura Marketing Ltda
Projeto: “ Apenas o Fim do Mundo ”
Procedimento: SC/125719/2012
Interessado: Fernanda Sanches Ribeiro
Projeto: “ a Cena ”
Procedimento: SC/53412/2013
Interessado: Laís Marques da Silva
Projeto: “ do Amor ”
Procedimento: SC/36851/2013
Interessado: Lucas Resende da Silva
Projeto: “ Toca e Canta Cabreúva 1 ”
Procedimento: SC/104390/2016
Interessado: Doble Comunicação Cultura e Social
Projeto: “ Candoco ”
Procedimento: SC/45428/2013
Interessado: Andreia Andrade Szmulewicz – Produções Artísticas e Culturais - ME
Projeto: “ Nossa Paixão – O Futebol ”
Procedimento: SC/80523/2013
Interessado: Gustavo Scaranelo Paula Penteado
Projeto: “ Mix ao Vivo ”
Procedimento: SC/101480/2016
Interessado: Cristiane de Andrade Carvalho
Projeto: “ Poesia em Quadrinhos (Fugindo ao Cativiera – Vicente de Carvalho) ”
Procedimento: SC/104893/2016
Interessado: Cooperativa Paulista de Teatro
Projeto: O Livro da Berenice
Procedimento: SC/39074/2013
Interessado: Paulo Roberto Dellosso Camargo
Projeto: “ Caminhos Maias ”
Procedimento: SC/138469/2013
Interessado: Via Cultural – Instituto de Pesquisa e Ação

ela Cultura
Projeto: Grife: Arte, Voz e Ação
Procedimento: SC/116566/2013
Interessado: Padua e Saad Estudio Ltda - EPP
Projeto: O Mago das Probabilidades
Procedimento: SC/29567/2012
Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato
Processo 143612/2015
Contrato 428/2015
Contratante: Estado de São Paulo; por sua Secretaria da Cultura
Contratado: Ido de Souza Bezerra
Projeto: “Globo da Morte – A Esfera de Fogo”
Objeto: Prorrogação da Cláusula Terceira – Da Execução do Contrato. Conforme previsto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira – Da Execução do Contrato, fica prorrogado o prazo de execução do objeto do contrato por um período de 60 dias. Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente aditamento e que não se revelem com o mesmo conflitante.
Data da assinatura: 29-09-2016.
PROAC, em 29-09-2016.

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

Despacho do Diretor Presidente, de 23-9-2016
Processo 284/2016 Em observância ao disposto no artigo 26 da Lei Federal 8666/93 e alterações posteriores, tendo em vista as manifestações da Gerência de Assuntos Jurídicos constantes do processo em referência, Ratifico a inexistibilidade de licitação declarada pelo Diretor de Atividades Culturais, com fundamento no artigo 25, inciso III, da citada norma legal, para contratação da empresa Belic Arte e Cultura Ltda, CNPJ: 13.341.825/0001-11, para a realização do evento “Leitura Dramática de ‘No Limite da Dor’, baseado no livro de Ana Aranha e Carlos Ademar”, no valor total de R\$ 8.000,00.

Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

COORDENADORIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Extrato de Contrato
Contrato 03/16
Processo 167/16-2º Volume SDECTI
Contratante: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia e Inovação
Contratada: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A
Objeto: Contratação de Serviços Técnicos em Pesquisa e Desenvolvimento de Soluções de Tecnologia da Informação e

Comunicação para Suporte ao “Programa de Qualificação Via Rápida”
Parecer Jurídico: SDECTI/CJ 115/16 de 01-09-2016
Valor: R\$ 2.879.800,08
Vigência: 12 meses, a partir da data de assinatura do contrato
Data da Assinatura:27/09/2016

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Extrato de Contrato
Termo de Aditamento - Processo Univesp 060/2015
1º Termo de Aditamento ao Contrato Univesp 055/2015
Parecer 042/2016, de 13-09-2016
Contratante: Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - Univesp
Contratada: OTK Sistemas de Informática Ltda.
Objeto: Aquisição de licença de software de controle patrimonial
Valor total estimado: R\$ 5.150,00
Funcional Programática: 12.364.1043.6137.0000, Natureza de Despesa: 33903912 - Serviços, programas e aplicativos de informática
Modalidade: Dispensa de licitação, art. 24, inciso II
Gestor do Contrato: Eleanora Kiyomi Kamikawachi Miya - RG 19.301.021-5
Vigência: 12 (doze) meses a contar da assinatura
Data de assinatura: 24-09-2016

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO SUPERIOR

Extrato de Convênio
Acordo de Cooperação para Pesquisa
Participes: FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e TJU - Tianjin University.
Objeto: Implementar a cooperação científica e tecnológica entre pesquisadores da TJU, China e do Estado de São Paulo, Brasil, mediante o financiamento de projetos conjuntos de pesquisa.
Valor: Para cada um dos projetos que venham a ser aprovados, a TJU assumirá o financiamento das equipes de pesquisa da TJU e a FAPESP das equipes de pesquisa do Estado de São Paulo.
Vigência: 13/09/16 a 12/09/21
Assinatura: 13/09/16
Processo FAPESP: 15/064 - M

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

CONSELHO DELIBERATIVO

Deliberação Ceeteps 31, de 27-09-2016
Aprova o Regimento das Faculdades de Tecnologia - Fatecs - do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps
O Conselho Deliberativo do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, à vista do aprovado na 534ª Sessão, de 27-09-2016, expede a presente
DELIBERAÇÃO:
Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento das Faculdades de Tecnologia - Fatecs - do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps - anexo a esta Deliberação.
Artigo 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Deliberação Ceeteps 07, de 15-12-2006, que aprovou o Regimento Unificado das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.
ANEXO
Regimento das Faculdades de Tecnologia - Fatecs - do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps.
TÍTULO I
Das Faculdades e seus Objetivos
Artigo 1º - As Faculdades de Tecnologia - Fatecs são Unidades de Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps, autarquia de regime especial associada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, instituição de direito público da administração indireta do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, e regidas por este Regimento para a consecução de seus objetivos, observando-se o estabelecido no Regimento do Ceeteps, aprovado pelo Decreto 58.385, de 13-09-2012, e legislação vigente.
Artigo 2º - Cada Unidade de Ensino Superior do Ceeteps deve ter a denominação de Faculdade de Tecnologia, com a sigla Fatec, seguida do nome do Município em que está instalada.
§ 1º - No caso de cidades com mais de uma Fatec acrescenta-se o nome do bairro ou região em que se insere, conforme consta no decreto de criação.
§ 2º - Estas denominações podem ser alteradas mediante Lei ou Decreto Governamental, em conformidade com a legislação vigente.
Artigo 3º - As Fatecs têm por objetivos:
I - ministrar cursos superiores de graduação tecnológica, bem como de pós-graduação, podendo ser oferecidos nas formas presencial, a distância ou de forma mista, mediante aprovação do Conselho Deliberativo;
II - formar pessoal docente destinado ao ensino técnico e superior;
III - formar pessoal capacitado para atuar junto ao mundo de trabalho;
IV- desenvolver e promover a cultura, a ciência, a tecnologia e a inovação por meio do ensino e da pesquisa aplicada;
V - promover atividades de extensão e de articulação com a comunidade, bem como oferecer serviços que estejam em consonância com suas atividades de ensino e pesquisa.

Parágrafo único - Excepcionalmente, em conformidade com o art. 4º do Decreto 58.385/2012, mediante aprovação nas instâncias competentes, as Fatecs podem oferecer cursos distintos dos supracitados.
Artigo 4º - As questões relativas aos recursos financeiros e ao funcionamento administrativo das Fatecs, nos termos do Regimento do Ceeteps, são de competência do Conselho Deliberativo e da Superintendência do Ceeteps, respeitada a legislação vigente.
Artigo 5º - As ações acadêmicas são planejadas, orientadas, coordenadas, acompanhadas, controladas e avaliadas pela Unidade do Ensino Superior de Graduação - Cesu, respeitada a legislação vigente.
TÍTULO II
Da Administração das Faculdades de Tecnologia
CAPÍTULO I
Dos órgãos
Artigo 6º - Cada Fatec é formada pelos seguintes órgãos:
I - Congregação;
II - Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);
III - Diretoria;
IV - Chefes de Departamentos ou Coordenadores de Cursos;
V - Núcleo Docente Estruturante (NDE);
V - Comissão Própria de Avaliação (CPA).
Parágrafo único. As Fatecs poderão facultativamente estabelecer a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).
CAPÍTULO II
Da Congregação
Artigo 7º - A Congregação é o órgão colegiado de supervisão das atividades acadêmicas, administrativas e de extensão de serviços à comunidade, obedecidas as diretrizes gerais da política educacional do Ceeteps, e tem a seguinte constituição:
I - Diretor, seu Presidente nato;

II - Vice-Diretor, membro nato, quando houver;

III - Chefes de Departamentos ou Coordenadores de Cursos, membros natos;

IV - até 5 (cinco) Professores de Ensino Superior - Referência III;

V - até 3 (três) Professores de Ensino Superior - Referência II;

VI - até 2 (dois) Professores de Ensino Superior - Referência I;

VII - representante(s) do corpo técnico administrativo, até 15% do total dos membros;

VIII - representante(s) discentes, até 15% do total dos membros;

IX - 1 (um) representante da comunidade externa.

§ 1º - Em qualquer hipótese, as representações de que tratam os incisos IV, V e VI devem ser compostas pela quantidade de docentes equivalente a pelo menos 70% dos assentos da Congregação.

§ 2º - A representação de Professores do Ensino Superior e respectivos suplentes é constituída por docentes contratados para o emprego público permanente e são eleitos por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos, conforme a organização da Unidade de Ensino.

§ 3º - A representação de que trata o inciso VII tem suplente e a eleição é feita por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos.

§ 4º - A representação de que trata o inciso VIII tem suplente e a eleição é feita por seus pares para um mandato de 1 (um) ano.

§ 5º - As representações de que tratam os incisos IV a IX perdem seu mandato se faltarem a duas sessões consecutivas ou quatro alternadas, por ano de mandato, sem motivo considerado justo pela Congregação, como férias, licenças, afastamentos ou outras ocorrências.

Artigo 8º - Cabe à Congregação, no âmbito da Unidade de Ensino:

I - fazer cumprir as diretrizes que conduzam à consecução dos objetivos da Faculdade;

II - elaborar seu Regimento Interno, em concordância com instruções da Unidade do Ensino Superior de Graduação - Cesu, respeitada a legislação em vigor;

III - organizar Lista Tríplice para a escolha de Diretor e Vice-Diretor de acordo com a legislação vigente;

IV - aprovar o Plano e o Relatório Anual de Gestão da faculdade apresentados pelo Diretor, bem como, semestralmente, o Calendário Escolar da Unidade de Ensino, observadas as normas gerais emanadas pela Unidade do Ensino Superior de Educação - Cesu;

V - aprovar os programas de pesquisa e de prestação de serviços à comunidade, as indicações de professores para realização de cursos especiais, os cursos de extensão oferecidos pela Unidade de Ensino - após parecer da CEPE, quando houver, os processos de parceria e/ou convênios com instituições para aprimoramento técnico de recursos humanos e prestação de serviços, considerando em todos os assuntos o direcionamento de pesquisas institucionalizadas e articuladas aos programas de pós-graduação "stricto sensu", conforme previsto na meta 13, subitem 13.3, da Lei Estadual 16.279/16, bem como as normas superiores e a legislação vigente;

VI - avaliar os resultados das atividades da Fatec, incluindo os relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA, e definir medidas que levem ao seu contínuo aperfeiçoamento, respeitadas as diretrizes do Ceeteps;

VII - apreciar as manifestações emanadas da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, onde houver, emitindo os respectivos pareceres;

VIII - apreciar a pertinência dos projetos de Regime de Jornada Integral - RJi (seus relatórios parciais e finais) e apresentar parecer circunstanciado sobre o RJi de acordo com a legislação vigente;

IX - constituir comissões para estudar assuntos específicos e manifestar-se sobre assuntos que sejam submetidos a sua avaliação pelo Diretor da Fatec e/ou pela Superintendência do Ceeteps;

X - deliberar sobre assuntos acadêmicos conforme disposto no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps vigente, bem como, em grau de recurso, nos casos de sua competência;

XI - dispor sobre procedimentos para utilização de áreas esportivas, espaços físicos, cantinas, áreas de integração, respeitando a legislação vigente específica sobre cada um dos assuntos;

XII - conferir aos alunos formandos, em sessão solene, o título correspondente ao curso de graduação concluído;

XIII - propor à Superintendência, após aprovação por maioria absoluta de seus membros, por meio, respectivamente, da Unidade do Ensino Superior de Graduação - Cesu e, quando pertinente, da Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa:

a - criação, suspensão, modificação de cursos de graduação, pós-graduação e extensão;

b - alteração do número de vagas oferecidas nos cursos de graduação e pós-graduação;

c - concessão de prêmios, distinções e graus de qualificação profissional;

d - contratação de docentes;

e - sistematização, atualização e reestruturação das matrizes curriculares mediante o solicitado pelos Departamentos ou Coordenadorias de Cursos;

f - extinção de cursos de graduação observadas a demanda, a evasão e a taxa de concluintes.

Parágrafo único - As propostas acima elencadas, excluída alínea "d", serão submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo.

Artigo 9º - Nas reuniões da Congregação, o seu Presidente terá direito a voto, além do de qualidade.

§ 1º - O Vice-Diretor é o substituto legal do Diretor da Faculdade na Presidência da Congregação, em seus impedimentos.

§ 2º - Na hipótese de não haver Vice-Diretor na Unidade de Ensino a substituição legal do Diretor cabe ao docente indicado em sua escala de substituição, nos termos da Lei Complementar 1044/2008 e suas alterações, além das diretrizes da Unidade de Recursos Humanos - URH.

Artigo 10 - A Congregação deve se reunir ordinariamente a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, quando convocada por seu Presidente ou por solicitação formal da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - A Congregação deve aprovar semestralmente seu calendário de reuniões ordinárias.

§ 2º - As reuniões devem ocorrer sempre com a maioria absoluta de seus membros.

§ 3º - As reuniões ordinárias devem ser convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e as extraordinárias de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4º - Por ocasião da concessão de prêmios, distinção, grau de qualificação e da colação de grau dos formandos, as reuniões são públicas e solenes.

§ 5º - As reuniões da Congregação podem contar com a presença de pessoas convidadas pelo Presidente, com direito a voz, mas não a voto.

§ 6º - Nas novas Unidades de Ensino, enquanto não se instalar a Congregação, todas as atribuições a ela pertinentes são de competência da Comissão de Implantação.

CAPÍTULO III

Da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão

Artigo 11 - A Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE é o órgão de natureza consultiva e de assessoramento à Congregação da Faculdade, que se pronuncia sobre as atividades didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão da Unidade, visando a garantia de sua qualidade e de seu desenvolvimento contínuo.

Parágrafo único - Cabe à Congregação ou Comissão de Implantação de cada Unidade de Ensino decidir pela pertinência,

ou não, da sua constituição, após aprovação pela maioria absoluta de seus membros.

Artigo 12 - A CEPE é constituída por dois docentes titulados de cada um dos cursos da Faculdade, eleitos por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, sendo um deles necessariamente portador do título de doutor, permitida uma recondução.

§ 1º - Excepcionalmente, para as Unidades de Ensino em implantação, os docentes titulados de que trata o caput são indicados pelo Diretor.

§ 2º - A Presidência da CEPE deve ser exercida por um membro docente portador do título de doutor, indicado pelo Diretor da Fatec e aprovado pela Congregação ou Comissão de Implantação.

§ 3º - O presidente da CEPE é o representante da Fatec na Agência INOVA Paula Souza e, na falta deste, cabe ao Diretor da Unidade de Ensino, ou quem por ele indicado, o exercício desta atividade.

Artigo 13 - Compete à CEPE:

I - propor medidas que visem a melhoria da qualidade do ensino, em consonância com o NDE - Núcleo Docente Estruturante de cada curso da Unidade de Ensino;

II - propor medidas para incentivar e dinamizar a realização de pesquisas aplicadas, preferencialmente em consonância com a Agência INOVA Paula Souza;

III - emitir parecer sobre a criação, a modificação, a suspensão e a extinção de cursos de graduação, pós graduação, extensão universitária e atividades culturais em geral;

IV - desenvolver estudos, propondo a implantação de projetos e ações que visem o desenvolvimento do corpo docente;

V - realizar levantamento das necessidades de pesquisa e de projetos para aperfeiçoamento do ensino;

VI - estimular e apoiar os docentes na prospecção de oportunidades de realização de pesquisas aplicadas em prol do desenvolvimento socioeconômico sustentável;

VII - estimular o relacionamento cooperativo com empresas, visando identificar necessidades de qualificação de mão de obra para os vários setores produtivos em seu entorno socioeconômico, identificando aqueles cursos considerados oportunos para supri-las;

VIII - estimular o desenvolvimento de acordos de cooperação, convênios e parcerias com os setores empresariais, com o setor público e com as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICTs, visando o desenvolvimento de pesquisa aplicada;

IX - colaborar na supervisão dos trabalhos de pesquisa e de extensão de serviços à comunidade, propostos pelos Chefes de Departamentos ou Coordenadores de Cursos;

X - propor procedimentos para a utilização de bibliotecas, laboratórios e oficinas, respeitando a legislação vigente específica;

XI - propor à Congregação o direcionamento de pesquisas institucionalizadas e articuladas aos programas de pós-graduação "stricto sensu", em conformidade com o subitem 13.3, da meta 13, da Lei Estadual 16.279/16;

XII - pronunciar-se sobre outros assuntos por solicitação da Congregação.

§ 1º - A Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - é facultado realizar consultas no âmbito da Faculdade, quando necessário.

§ 2º - A CEPE deve observar e recomendar, no âmbito de sua competência, o disposto na Lei Estadual 16.279/2016 e suas alterações, que aprova o Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo e dá outras providências.

§ 3º - Na hipótese de inexistir a CEPE, cabe à Congregação o exercício das competências definidas neste artigo.

CAPÍTULO IV

Da Diretoria da Faculdade

Artigo 14 - A Diretoria, órgão executivo encarregado de dirigir e coordenar as atividades de cada Faculdade, é exercida pelo Diretor, auxiliado pelo Vice-Diretor, quando houver, e composta pelas Diretorias de Serviços Administrativos e Acadêmicos.

Artigo 15 - A escolha do Diretor e do Vice-Diretor é feita pelo Diretor Superintendente do Ceeteps, com base em lista tríplice elaborada pela Congregação, para exercício do mandato.

§ 1º - A candidatura à composição da chapa é privativa dos integrantes da carreira de Professor de Ensino Superior do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que aceitem desempenhar suas funções em jornada completa, que não tenham sofrido penalidade administrativa nos últimos 4 (quatro) anos, nos termos da legislação vigente, atendendo aos seguintes requisitos:

I - ser portador de Título de Doutor, obtido em programas reconhecidos ou recomendados na forma da lei e ter, pelo menos, 3 (três) anos de atividade docente em Faculdade de Tecnologia do Ceeteps, além de comprovar experiência relevante em gestão, em Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas; ou

II - ser portador de Título de Mestre, obtido em programas reconhecidos ou recomendados na forma da lei e ter, pelo menos, 5 (cinco) anos de atividade docente em Faculdade de Tecnologia do Ceeteps, além de comprovar 4 (quatro) anos de experiência relevante em gestão, em Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas.

§ 2º - Cabe à Superintendência do Ceeteps designar Comissão Específica responsável pela execução do processo de consulta para as funções de Diretor e de Vice-Diretor das Faculdades de Tecnologia, expedindo normas complementares que disciplinem o referido certame.

§ 3º - A lista tríplice para a escolha de Diretor e de Vice-Diretor é elaborada e encaminhada às instâncias superiores com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos em vigor.

§ 4º - A Congregação realiza consulta prévia à comunidade, prevalecendo a votação uninominal e o peso de 70% do pessoal docente, 15% do corpo técnico-administrativo e 15% do corpo discente.

§ 5º - O emprego público em confiança de Diretor e o emprego público em confiança de Vice-Diretor são exercidos com mandatos de 4 (quatro) anos, ficando vedado o exercício, pelo mesmo diretor, de mais de dois períodos de mandatos consecutivos na mesma Fatec.

§ 6º - Na falta ou impedimento eventual do Diretor, bem como do Vice-Diretor, quando houver, a substituição é feita por docente da Unidade de Ensino indicado pelo Diretor da Faculdade, nos termos da legislação vigente.

§ 7º - Ocorrendo a vacância da função de Diretor, o Vice-Diretor, quando houver, ou seu substituto legal, tem um prazo de 60 (sessenta) dias para deflagrar novo processo de escolha nos termos deste Regimento.

Artigo 16 - Além das atribuições que lhe forem conferidas por delegação superior, compete ao Diretor:

I - administrar e gerenciar a Faculdade;

II - representar a Faculdade e o Ceeteps em atos públicos e acadêmicos;

III - garantir, no âmbito de sua competência, o cumprimento:

a - do Regulamento Disciplinar dos Servidores Públicos do Ceeteps - REDEPS;

b - do Estatuto dos Servidores Técnicos e Administrativos do Ceeteps para os remanescentes;

c - das determinações legais estabelecidas pelo Ceeteps;

d - deste Regimento;

IV - aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas, acadêmicas e pedagógicas emanadas do Ceeteps e do Conselho Estadual de Educação;

V - zelar:

a - pelos bens públicos da Unidade;

b - pelo fiel cumprimento da legislação educacional em vigor;

c - pelas identidades da Fatec e do Ceeteps;

d - pelo cumprimento do Calendário Escolar;

VI - autorizar:

a - as publicações dos atos administrativos que envolvam responsabilidades da Faculdade;

b - as despesas por adiantamentos recebidos;

c - matrícula e transferência de alunos;

d - ampliação e redução de carga horária dos docentes,

após os trâmites do assunto pelas Chefias de Departamentos ou Coordenadorias de Cursos, respeitadas as normas vigentes;

VII - aprovar:

a - as atividades de todos os órgãos administrativos;

b - a escala de férias do corpo técnico-administrativo da Faculdade;

c - em casos de urgência ou força maior, matérias ad referendum da Congregação/Comissão de Implantação, devendo, tal aprovação, ser referendada em reunião do colegiado, convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;

VIII - designar:

a - comissão responsável pela elaboração das listas tríplices, mediante consulta, para escolha dos Chefes de Departamentos ou Coordenadores de Cursos e respectivos Suplentes;

b - comissões especiais, temporárias ou permanentes;

c - grupos de trabalho para assessoria específica;

d - e divulgar, anualmente, a escala dos substitutos de seus colaboradores imediatos;

IX - manter ambiente harmônico e propício ao desenvolvimento dos trabalhos informando todos os servidores da Unidade de Ensino das suas atribuições e competências;

X - coordenar, supervisionar e acompanhar o processo educacional na área administrativa e no encaminhamento pedagógico;

XI - conferir graus, assinar diplomas, títulos e certificados escolares;

XII - estimular a interlocução da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, quando houver, com a Assessoria de Inovação Tecnológica e a Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa, visando desenvolver a cultura da inovação e do empreendedorismo na Unidade, objetivando a criação de oportunidades à pesquisa aplicada, para que contribuam para o desenvolvimento sustentável;

XIII - convocar e presidir reuniões da Congregação ou sua Comissão de Implantação, estabelecendo a pauta dos trabalhos, bem como, cumprir e fazer executar suas decisões;

XIV - encaminhar à Congregação os pedidos de transferência dos membros do corpo docente e técnico-administrativo e à Superintendência do Ceeteps as propostas de contratação dos integrantes do corpo técnico-administrativo da Faculdade;

XV - comunicar eventuais irregularidades da Faculdade, buscando medidas saneadoras;

XVI - executar as atribuições e competências pertinentes à realização de concurso público para o preenchimento de empregos públicos permanentes de professor de ensino superior;

XIV - responsabilizar-se pela prestação de contas da Unidade junto aos órgãos supervisores/reguladores dos recursos públicos do Estado;

XVII - participar de cursos, seminários, encontros, reuniões e outros, buscando a fundamentação, atualização e redimensionamento de sua função de administrador dos recursos humanos e patrimoniais da Unidade;

XVIII - buscar, acompanhar, propor e discutir soluções alternativas e criativas para os problemas específicos da Unidade, em relação à convivência humana, espaço físico, segurança, rotinas administrativas e acadêmico-pedagógicas;

XIX - elaborar e apresentar anualmente à Congregação ou à Comissão de Implantação, tanto o Plano de Gestão da Fatec, como o Relatório de Gestão da Fatec;

XX - propor e discutir alternativas, objetivando a redução dos índices de evasão e reprovação;

XXI - exercer quaisquer outras atribuições definidas neste Regimento, no Regimento do Ceeteps ou por delegação superior.

Artigo 17 - O Diretor da Unidade de Ensino indica, para admissão, um Diretor de Serviços Administrativos, um Diretor de Serviços Acadêmicos, um Assistente Técnico Administrativo e um Assistente Administrativo, servidores das classes correspondentes aos empregos públicos em confiança, instituídas pelo Plano de Carreiras de Empregos Públicos e Sistema Retributivo dos servidores do Ceeteps.

Artigo 18 - Cabe ao Vice-Diretor ou ao seu substituto legal:

I - desempenhar funções por delegação do Diretor;

II - exercer todas as atribuições do Diretor quando o substituir, bem como, no caso de vacância da Direção, de acordo com o estabelecido neste Regimento;

III - assessorar o Diretor no exercício de suas funções.

SEÇÃO I

Da Diretoria de Serviços Administrativos

Artigo 19 - A Diretoria de Serviços Administrativos da Faculdade de Tecnologia é um dos órgãos que compõe a Direção da Faculdade, responsável pela coordenação, orientação e controle do desenvolvimento das atividades administrativas da Unidade.

Artigo 20 - Os serviços administrativos e atribuições da Diretoria de Serviços Administrativa têm sua estrutura organizacional fixada por Deliberação do Conselho Deliberativo do Ceeteps.

SEÇÃO II

Da Diretoria de Serviços Acadêmicos

Artigo 21 - A Diretoria de Serviços Acadêmicos da Faculdade de Tecnologia é um dos órgãos que compõe a Direção da Faculdade responsável pela orientação e controle do desenvolvimento das atividades de serviços acadêmicos da Faculdade de Tecnologia.

Artigo 22 - Os serviços acadêmicos e atribuições da Diretoria de Serviços Acadêmicos têm sua estrutura organizacional fixada por Deliberação do Conselho Deliberativo do Ceeteps.

CAPÍTULO V

Das Chefias de Departamentos ou Coordenadorias de Cursos

Artigo 23 - As Chefias de Departamentos e Coordenadorias de Cursos são órgãos da estrutura da Faculdade responsáveis pelo planejamento, controle, avaliação e registro das atividades acadêmico-pedagógicas e acadêmico-administrativas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e ao Projeto de Desenvolvimento Institucional da Unidade de Ensino, além da otimização dos recursos físicos e didáticos que estejam disponíveis.

Artigo 24 - Cada Chefia de Departamento ou Coordenadoria de Curso tem um colegiado constituído por:

I. Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso, seu presidente nato;

II. docentes das disciplinas que integram o referido curso;

III. representante(s) dos discentes regularmente matriculados no curso;

IV. representante(s) dos servidores técnico-administrativos.

Parágrafo único - A representação de que trata o inciso III e IV deve ser contemplada na mesma proporcionalidade prevista para a Congregação.

Artigo 25 - Cada Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso é escolhido pelo Diretor da Unidade, mediante lista tríplice, elaborada a partir de consulta ao seu corpo docente, respeitando-se a compatibilidade da área de formação com o eixo tecnológico do curso, sendo composta preferencialmente por docentes titulados, em nível de pós-graduação, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O docente que exerce a função de Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso pode ministrar até 08 (oito) horas semanais de aulas e suas respectivas horas atividades (HA), sendo o restante da jornada de trabalho completado com horas atividades específicas (HAE) até o limite de 200 horas mensais.

§ 2º - Em seus impedimentos o Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso é substituído pelo seu Suplente, eleito concomitantemente com o Coordenador/Chefe de Departamento, na forma e com igual mandato, nos mesmos termos previstos neste Regimento.

§ 3º - Os mandatos do Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso e do Suplente são de 2 (dois) anos, permitida uma recondução sucessiva.

§ 4º - Verificada a vacância das funções de Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso e Suplente, o professor com maior tempo de docência do curso assume essa função e, no prazo de 30 (trinta) dias, deflagra novo processo de escolha, nos termos deste Regimento.

Artigo 26 - O Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso convoca reuniões ordinárias a cada 2 (dois) meses, e extraordinárias quando houver necessidade.

§ 1º - A Chefia de Departamento ou a Coordenadoria de Curso deve aprovar semestralmente seu calendário de reuniões ordinárias.

§ 2º - A convocação de reunião extraordinária é de competência do Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso, podendo também ser decorrente da solicitação formal de maioria absoluta do total de membros do colegiado.

§ 3º - As reuniões extraordinárias devem ser convocadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4º - As reuniões do colegiado de Curso podem contar com a presença de pessoas convidadas pelo Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso, com direito a voz, mas não a voto.

Artigo 27 - Compete à Chefia de Departamento ou Coordenadoria de Curso:

I - ministrar o ensino constante dos currículos de graduação tecnológica, organizando e aprovando os planos de ensino correspondentes;

II - organizar e administrar o Núcleo Docente Estruturante - NDE do seu curso na Unidade;

III - encaminhar à CEPE, e na falta desta, à Congregação ou Comissão de Implantação, os planos de pesquisas e de prestação de serviços à comunidade, elaborados pelos docentes do mesmo departamento ou coordenadoria.

IV - dispor quanto às atividades dos Auxiliares de Docentes;

V - opinar sobre pedidos de afastamento e comissionamento de membros do corpo docente integrantes do curso;

VI - contribuir para a prestação de serviços à comunidade e ao poder público;

VII - pronunciar-se sobre o aproveitamento de estudos dos alunos;

VIII - propor aos órgãos competentes a realização de atividades de atualização, aperfeiçoamento ou aprofundamento profissional do pessoal docente;

IX - propor à Congregação ou Comissão de Implantação, a distribuição, entre seus docentes, respeitadas suas especialidades, dos encargos de pesquisa e extensão, bem como o de outras atividades acadêmicas;

X - aprovar o plano de trabalho anual bem como o relatório do Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso;

XI - analisar as propostas de ementas e seus objetivos, apresentadas pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE, visando o aperfeiçoamento e a adequação da matriz curricular dos projetos pedagógicos dos Cursos Superiores de Tecnologia.

XII - elaborar parecer técnico para as propostas de ingresso no Regime Jurídico da Jornada Integral e emitir parecer sobre os relatórios pertinentes.

Artigo 28 - São atribuições do Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso:

I - administrar e representar o Departamento ou a Coordenadoria do Curso junto aos órgãos e autoridades da Faculdade;

II - aplicar e fazer cumprir as determinações dos órgãos deliberativos e executivos superiores, bem como, as decisões adotadas pelo Departamento ou Coordenadoria de Curso;

III - ser membro nato do Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso, junto a Unidade do Ensino Superior de Graduação - Cesu;

IV - convocar e presidir as reuniões e eleições do colegiado de Curso, encaminhando à Diretoria suas decisões, pareceres e sugestões;

V - supervisionar e coordenar a execução das atividades programadas;

VI - organizar o trabalho docente, atribuindo semestralmente as aulas das disciplinas, aprovando a grade horária das aulas e o horário de trabalho dos professores;

VII - organizar e manter atualizados os planos de ensino correspondentes, submetendo-os à aprovação do Colegiado de Curso;

VIII - promover entendimentos com os demais órgãos da Unidade para o pleno desenvolvimento dos cursos e programas;

IX - apresentar, anualmente, à Diretoria da Faculdade, através do Colegiado de Curso, relatório das atividades didáticas, curriculares e extracurriculares, de pesquisa e de prestação de serviços à comunidade;

X - após a decisão da Congregação, elaborar a cada semestre letivo, o edital interno e externo de oferecimento de aulas vagas para a ampliação de carga horária dos docentes, realizando a análise e a pertinência da documentação dos inscritos, apresentando a classificação ao Diretor da Faculdade para decisão/autorização final, nos termos deste Regimento;

XI - promover, executar, supervisionar e validar os processos de aproveitamento de estudos, a concessão do Regime Especial dos estudantes, os exames de proficiência e as Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais (AACCS), dos alunos do curso que coordena;

XII - propor e discutir soluções alternativas tanto para a redução dos índices de evasão e reprovação dos discentes do Curso que coordena, bem como para problemas específicos em relação à convivência humana, espaço físico, segurança, rotinas administrativas e acadêmico-pedagógicas;

XIII - acompanhar e tomar as providências e medidas cabíveis, respeitadas as leis e regimentos em vigor, relacionadas aos processos do Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior (ENADE);

XIV - responsabilizar-se por todas as etapas e formalidades necessárias à consolidação dos processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento do curso, adotando as ações e procedimentos cabíveis para sua realização;

XV - propor atualizações, sistematizações, adequações e aperfeiçoamentos no Projeto Pedagógico dos Cursos, através do Núcleo Docente Estruturante (NDE);

XVI - exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Regimento.

CAPÍTULO VI

Do Núcleo Docente Estruturante

Artigo 29 - Cada Curso Superior de Tecnologia implantado em uma das Unidades de Ensino Superior do Ceeteps deve formar o seu Núcleo Docente Estruturante - NDE.

Artigo 30 - O NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes com atribuições acadêmicas para atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em consonância com a Unidade do Ensino Superior de Graduação - Cesu.

Artigo 31 - A forma de composição e a dinâmica de funcionamento de cada NDE são objeto de regulamento próprio, aprovado pela Congregação / Comissão de Implantação de cada Fatec, respeitadas as diretrizes da Unidade do Ensino Superior de Graduação - Cesu e legislação vigente.

CAPÍTULO VII

Da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Artigo 32 - Cada Fatec do Ceeteps deve constituir a Comissão Própria de Avaliação - CPA.

Parágrafo único - As Comissões Próprias de Avaliação - CPAs devem sistematizar e analisar as informações relativas às dimensões institucionais utilizadas para a avaliação, estabelecidas no artigo 3º da Lei Federal 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, e tem atuação autônoma em relação aos demais órgãos colegiados de cada uma das Unidades de Ensino Superior.

Artigo 33 - A forma de composição e a dinâmica de funcionamento de cada CPA, respeitadas as diretrizes vigentes da Portaria Ceeteps - GDS 1305, de 31-05-2016 e suas alterações, são objeto de regulamento próprio, aprovado pela Congregação ou Comissão de Implantação de cada Fatec, sendo que, objetivando a uniformidade de procedimentos, caberá à Cesu, respeitada a legislação vigente;

I - acompanhar e avaliar a condução dos processos de avaliação internos das Unidades de Ensino Superior do Ceeteps, bem como a sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP;

II - expedir instruções complementares;

Artigo 34 - A CPA tem por finalidade contribuir com o planejamento, a elaboração, a coordenação e o monitoramento da política de auto avaliação institucional, promovendo, no que couber, a interlocução com os órgãos de regulação, supervisão e avaliação.

Parágrafo único - A auto avaliação tem por objetivo a melhoria da qualidade do ensino tecnológico, a orientação da expansão de sua oferta, a consolidação da função social do ensino superior e o desenvolvimento institucional, consistindo em um processo contínuo, sistêmico e participativo.

TÍTULO III

Do Ensino, da Pesquisa e da Extensão dos Serviços à Comunidade

CAPÍTULO I

Do Ensino

SEÇÃO I

Dos Cursos

Artigo 35 - As Fatecs ministram o ensino dos seguintes cursos:

I - de Graduação, destinados à formação de tecnólogos e de professores do ensino profissionalizante em seus vários eixos tecnológicos, graus e ciclos;

II - de Pós-Graduação “stricto sensu”, destinados ao aprimoramento técnico-profissional, cultural e científico dos diplomados em cursos de Graduação;

III - de Especialização, destinados a graduados e com o objetivo de aprofundar os conhecimentos em disciplinas ou áreas restritas do saber;

IV - de Aperfeiçoamento, destinados a graduados e com o objetivo de ampliar conhecimento em disciplina ou conjunto de disciplinas, atualizando e aprimorando conhecimentos ou técnicas de trabalho;

V - de Extensão Universitária, destinados a difundir conhecimentos, cultura e técnicas para a comunidade em geral;

VI - outros tipos de curso, na forma de programas específicos e aprovados segundo as possibilidades previstas na legislação.

§ 1º - Os cursos podem ser desenvolvidos presencialmente, a distância ou de forma mista, respeitada a legislação em vigor.

§ 2º - Os cursos previstos na modalidade a distância têm prazos mínimos e máximos de integralização iguais aos cursos presenciais correspondentes, disciplinados pelo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps.

§ 3º - Em qualquer modalidade, o início dos cursos fica condicionado às aprovações previstas na legislação pertinente.

Artigo 36 - Os cursos referidos no inciso I do artigo anterior, as respectivas estruturas curriculares, a duração mínima e seu tempo de integralização constam dos respectivos Projetos Pedagógicos, na forma da Lei.

Artigo 37 - Os cursos previstos nos incisos II a V do artigo 35 deste Regimento têm suas sistematizações definidas pela Congregação ou Comissão de Implantação, em conformidade com a legislação vigente.

Artigo 38 - A forma de desenvolvimento das atividades curriculares, as regras para a elaboração dos planos de ensino e outros aspectos acadêmicos ligados ao desenvolvimento dos cursos de graduação são disciplinados por orientações emanadas pela Cesu, além dos fixados pelo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps.

Parágrafo único - Nenhuma disciplina encerra suas atividades sem completar a programação prevista em seu plano de ensino, bem como sua carga horária, devendo ser repostas as aulas perdidas, por qualquer motivo.

SEÇÃO II

Do Ingresso nos Cursos Superiores de Graduação

Artigo 39 - O ingresso nos cursos superiores de graduação é feito mediante classificação em Processo Seletivo Vestibular, regido por edital próprio a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único - Outras formas de ingresso podem ser previstas desde que não contrariem disposições legais e estejam devidamente aprovadas nas instâncias competentes da Instituição.

SEÇÃO III

Da Vida Acadêmica

Artigo 40 - A vida acadêmica, que envolve os processos de matrícula, frequência, aproveitamento de estudos, exames de proficiência, trancamento de matrícula, prazo para integralização, mobilidade estudantil, formatura e outros que possibilitem a formação do aluno, é disciplinado pelo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps.

SEÇÃO IV

Da matrícula

Artigo 41 - A matrícula, ato formal de ingresso nos cursos superiores de graduação tecnológica, realizar-se-á em período determinado pelo Calendário Escolar, está condicionada a apresentação de requerimento específico, bem como a apresentação de documentação estabelecida por Portaria do Ceeteps.

SEÇÃO V

Da Transferência

Artigo 42 - A transferência de alunos de curso de graduação oferecido por outro estabelecimento de ensino superior será permitida na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo, respeitadas as diretrizes do Ceeteps.

SEÇÃO VI

Da Avaliação do Rendimento Escolar e da Frequência

Artigo 43 - A avaliação do rendimento escolar é realizada por meio dos trabalhos previstos em cada atividade curricular do curso.

Parágrafo único - As formas de verificação da aprendizagem são estabelecidas pelo Professor responsável pela atividade curricular, previstas no Plano de Ensino e divulgadas aos alunos no início do período letivo, após aprovação do Departamento ou Coordenadoria de Curso.

Artigo 44 - O aluno que não tiver frequentado no mínimo 75% das atividades programadas estará automaticamente reprovado, sendo de responsabilidade do docente a aferição da frequência.

SEÇÃO VII

Do Calendário Escolar

Artigo 45 - O Calendário Escolar é fixado por meio de Portaria do Diretor da Fatec, após aprovação da Congregação, observadas as normas gerais emanadas da Cesu.

CAPÍTULO II

Da Pesquisa

Artigo 46 - A pesquisa tem como função específica a busca e o aperfeiçoamento de novos conhecimentos, métodos e técnicas e deve ser entendida como indispensável recurso da educação para o desenvolvimento da tecnologia.

§ 1º - A pesquisa aplicada, que deverá buscar o desenvolvimento de projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação estadual, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa, promoverá o intercâmbio científico e tecnológico considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais, bem como atuará como mecanismo de incentivo ao aumento da titulação de mestres e doutores, em conformidade com as metas 13 e 14 da Lei Estadual 16.279/2016.

§ 2º - A pesquisa aplicada deve estar presente no desenvolvimento de todos os cursos, possibilitando a produção de conhecimento e visando o avanço da tecnologia e da inovação no país.

Artigo 47 - A elaboração e o desenvolvimento dos projetos de pesquisa fazem parte das atividades de cada Unidade de Ensino ou conjunto de Unidades de Ensino e são regulamentados em documento próprio, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo do Ceeteps, respeitada a legislação vigente.

Parágrafo único - Os projetos de pesquisa de que trata o caput deste artigo devem, preferencialmente, estar alinhados às estratégias das Redes Temáticas INOVA Paula Souza, aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Ceeteps.

CAPÍTULO III

Da Extensão de Serviços à Comunidade

Artigo 48 - A Faculdade estende seus serviços à comunidade sob a forma de:

I - cursos extracurriculares;

II - cursos de extensão, aperfeiçoamento e cursos de especialização;

III - divulgação e transferência dos resultados das pesquisas realizadas na Faculdade;

IV - prestação de serviços inerentes aos objetivos da Faculdade;

V - outras atividades.

Artigo 49 - A prestação de serviços deve alcançar a comunidade ou articular-se com outras instituições, no cumprimento de programas específicos.

Artigo 50 - A prestação de serviços à comunidade sob a forma de pesquisa, projetos, atividades de inovação tecnológica ou apoio técnico deve, preferencialmente, contribuir para o aprimoramento do Sistema Paulista de Inovação, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ceeteps.

TÍTULO IV

Da Comunidade Acadêmica

Artigo 51 - A comunidade escolar das Faculdades é constituída pelo corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo.

§ 1º - A contratação de docentes e servidores técnico-administrativos é feita nos termos da legislação pertinente.

§ 2º - O ingresso de discentes ocorre por processo seletivo vestibular ou transferência, nos termos do Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps e demais instrumentos da legislação vigente.

CAPÍTULO I

Do Corpo Docente

Artigo 52 - O corpo docente da Faculdade é formado por:

I - Professores;

II - Professores Convidados.

Artigo 53 - As funções docentes obedecem aos princípios de integração de atividades de ensino, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e extensão de serviços à comunidade e o disposto no Plano de Carreiras de Empregos Públicos e Sistema Retributório dos Servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - estabelecido por meio da Lei Complementar 1044, de 13-05-2008, e suas alterações.

Artigo 54 - O ingresso, o regime de trabalho, o sistema retributório, a carga horária e demais normas que regem a carreira docente são definidos nos competentes documentos legais.

Artigo 55 - São atribuições do docente:

I - elaborar o cronograma de suas atividades submetendo-o à aprovação do Departamento ou Coordenadoria de Curso;

II - ministrar o ensino da(s) disciplina(s) que lhe for(em) atribuída(s), assegurando o cumprimento integral dos programas e carga horária;

III - aplicar os instrumentos de avaliação e julgar o aproveitamento apresentado pelos alunos;

IV - entregar à Secretaria os resultados das avaliações do aproveitamento escolar nos prazos fixados, após devida inserção desses resultados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGA;

V - votar nas situações previstas neste regimento;

VI - participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado;

VII - observar o regime disciplinar previsto no REDEPS.

CAPÍTULO II

Do Corpo Técnico - Administrativo

Artigo 56 - O ingresso, o regime de trabalho, o sistema retributório e demais normas que regem a carreira do pessoal técnico e administrativo são definidos em legislação específica.

Parágrafo único - Também integram esta categoria, conforme previsto na legislação pertinente, os Auxiliares de Docentes.

CAPÍTULO III

Do Corpo Discente

Artigo 57 - As Faculdades tem alunos regulares e especiais.

§ 1º - Regulares são os alunos matriculados em cursos que levam a uma certificação, seja ela o diploma ou o certificado de conclusão.

§ 2º - Especiais são os alunos matriculados em disciplinas isoladas e que terão direito a um histórico escolar contendo as disciplinas cursadas.

Artigo 58 - Os alunos regulares dos cursos que levam à obtenção de diploma têm representação nos órgãos colegiados das Faculdades, com direito a voz e voto, conforme o disposto na legislação vigente.

Artigo 59 - Nas Fatecs podem existir representação discente nos órgãos colegiados e Diretório Acadêmico cuja organização, funcionamento e atribuições são de responsabilidade dos mesmos e atendem à legislação em vigor.

TÍTULO V

Da Concessão de Graus, Diplomas, Certificados e Títulos Honoríficos

CAPÍTULO I

Da Concessão de Graus, Diplomas de Graduação e de Pós-Graduação Stricto Sensu

Artigo 60 - Cumpridas as formalidades legais, é expedido e registrado o diploma correspondente ao grau do curso concluído pelo aluno.

CAPÍTULO II

Dos Certificados de Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento, Extensão Universitária e de Pós-Graduação Lato Sensu

Artigo 61 - Aos concluintes dos cursos previstos neste capítulo são expedidos os respectivos certificados de conclusão, pelas autoridades competentes.

CAPÍTULO III

Dos Títulos Honoríficos

Artigo 62- As Faculdades podem conferir o título honorífico de Professor Emérito e de Professor Honoris Causa a personalidades e autoridades eminentes, nacionais ou estrangeiras, cuja obra tenha corrido de maneira efetiva para o progresso cultural e tecnológico.

§ 1º - A concessão do título honorífico é apreciada pela Congregação, por proposta de um de seus membros e aprovada pelo quórum qualificado de dois terços de seus membros.

§ 2º - A outorga do título ocorre em sessão solene da Congregação.

TÍTULO VI

Do Regime Disciplinar

Artigo 63 - O regime disciplinar visa assegurar, manter e preservar a boa ordem, o respeito, os bons costumes e os preceitos éticos e morais, de forma a garantir a harmônica convivência entre os membros da Faculdade e a disciplina indispensável às atividades acadêmicas.

Artigo 64 - Constitui infração desobedecer aos preceitos, regulamentos e regimentos do Ceeteps e das Faculdades, assim como outras normas internas fixadas por autoridades competentes.

Artigo 65 - Na aplicação das penalidades são consideradas a natureza e a gravidade da infração.

CAPÍTULO I

Do Regime Disciplinar do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo

Artigo 66 - As penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do corpo docente e do corpo técnico-administrativo encontram-se estabelecidas pelo Regulamento Disciplinar dos Empregados Públicos do Ceeteps, pelo Estatuto dos Servidores Técnicos e Administrativos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

CAPÍTULO II

Do Regime Disciplinar do Corpo Discente

Artigo 67 - As penas disciplinares aplicáveis aos membros do corpo discente são:

I - advertência verbal;

II - repressão por escrito;

III - suspensão;

IV - desligamento.

Parágrafo único - As normas internas do Regime Disciplinar do Corpo Discente são elaboradas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps.

Artigo 68 - A competência para aplicação das penas disciplinares impostas ao corpo discente vem a ser:

I - do Professor, do Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso e do Diretor nos casos de advertência verbal;

II - do Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso e do Diretor nos casos de repressão por escrito;

III - do Diretor, nos casos de suspensão e de desligamento.

TÍTULO VII

Disposições Gerais

Artigo 69 - Os colegiados e as comissões da Faculdade apenas podem funcionar com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - No caso de convocações consecutivas é respeitado o intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º - As reuniões dos colegiados não são públicas, exceto as solenes.

§ 3º - As deliberações dos órgãos a que se refere este artigo são adotadas por maioria simples de votos, exceto os casos dispostos de modo diferente por este Regimento e pelo Regimento do Ceeteps.

Artigo 70 - Cabe recurso das decisões:

I - dos Diretores de Serviços Administrativos e Acadêmicos e de outras autoridades de igual nível à imediatamente superior;

II - do Professor ao Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso;

III - dos Chefes de Departamentos ou Coordenadores de Curso ao Diretor da Faculdade;

IV - do Diretor da Faculdade à Congregação, quando se tratar de matéria de ensino, ou ao Diretor Superintendente, quando se tratar de matéria de natureza administrativa;

V - da Congregação ao Diretor Superintendente;

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica às sanções de regime disciplinar, cuja escala hierárquica está prevista no Regulamento Disciplinar dos Empregados Públicos do Ceeteps e do Estatuto dos Servidores Técnicos e Administrativos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Artigo 71 - O recurso é interposto pelo interessado nos prazos fixados, contados da data da ciência da decisão a recorrer.

§ 1º - Inexistindo prazo para a interposição, este é sempre de 10 (dez) dias úteis sob pena de ser considerada preclusa a matéria.

§ 2º - O recurso deve ser formulado por escrito, à autoridade ou órgão de cuja deliberação se recorre, em petição fundamentada, com as razões de fato e de direito do pedido de nova decisão.

§ 3º - Os recursos são sempre recebidos com efeito devolutivo, salvo quando a autoridade recorrida julgar por bem recebê-los, também, com efeito suspensivo.

§ 4º - A autoridade ou órgão recorrido pode reformar a sua decisão, no prazo de 15 (quinze) dias; se não o fizer, remete, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes, com ou sem razões de manutenção do despacho, o recurso à autoridade ou órgão competente, para apreciação.

Artigo 72 - Os docentes integrantes de órgãos colegiados do Ceeteps, das Faculdades de Tecnologia, bem como os designados por autoridade competente para comissões de trabalho, se impossibilitados, em razão destas atividades, de proferirem aulas, podem ser substituídos, sem prejuízo das respectivas remunerações.

Artigo 73 - A Comissão de Implantação nas novas Unidades de Ensino é formada por:

I - Diretor;

II - Chefe de Departamento ou Coordenadores de cada um dos cursos implantados;

III - 5 (cinco) docentes do(s) curso(s) em implantação;

IV - 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo

V - 1 (um) representante do corpo discente;

VI - 1 (um) representante da comunidade local.

§ 1º - O exercício da Direção nas Unidades de Ensino em Implantação é feito por docente que preencha os requisitos previstos neste Regimento, mas com designação direta pela Superintendência do Ceeteps, em caráter pro tempore, até que a Congregação da Unidade de Ensino se constitua e proceda com os trâmites para indicação de Diretor, conforme este Regimento.

§ 2º - O exercício do Coordenador de Curso em implantação é feito por docente que preencha os requisitos para sua função, previstos neste Regimento, mas com designação direta, sem consulta à comunidade docente, pelo Diretor da Faculdade, em caráter pro tempore, até o semestre subsequente à formação da primeira turma do Curso.

Artigo 74 - A Comissão de Implantação deve estruturar a Unidade em implantação no período máximo correspondente ao tempo de integralização de seu primeiro curso de graduação.

§ 1º - No ano subsequente à formatura da primeira turma, deve ser constituída a Congregação da Unidade de Ensino, que, por sua vez, elabora a lista tríplice para a escolha de Diretor e Vice-Diretor da Unidade;

§ 2º - O Diretor em exercício, responsável pela implantação da nova Unidade, pode candidatar-se para compor a lista tríplice a ser elaborada pela Congregação, nos termos dispostos neste Regimento.

Artigo 75 - A cada semestre letivo o quadro de vagas de cada curso de graduação deverá ser encaminhado ao CEE-SP.

Artigo 76 - Este Regimento entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, revogando-se as disposições em contrário.

(Processo 5104/2015 - Ceeteps)

(REPUBLICADA POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES)

FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Despacho do Diretor, de 29-09-2016

No processo nº F 001 - 003558/2016 RATIFICO nos termos do art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93, Dispensa de Licitação, a favor da empresa VEOLIA WATER TECHNOLOGIES BRASIL LTDA, CNPJ 96.591.128/0001-46, objetivando a compra de filtros de purificação de água. Valor R\$ 8.000,00. São José do Rio Preto, 29-09-2016.

Extrato de Contrato

Processo F-001-003544/2015, Contrato 036/2016, objetivando a contratação de empresa para execução de serviço de manutenção em gerador da FAMERP. Parecer Jurídico CJ/FAMERP 100/2016. Contratada: RIBEIRO INSTALAÇÕES E SOLUÇÕES EM REDES LTDA ME, CNPJ: 06.021.740/0001-90, valor: R\$ 5.800,00, vigência 30 (trinta) dias. São José do Rio Preto, 29-09-2016.

Despacho do Chefe de Gabinete, de 23-9-2016

Processo Self: 0041/2016. Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo. Assunto: Instalação de Apuração Preliminar para Tratar de Irregularidades na Prestação de Contas do Exercício de 2009, por Verbas Recebidas à Ordem do Convenio 311/2008 – Reconhecimento de Prejuízo pelo Tce – Apuração de Responsabilidade de Superior Hierárquico. À vista dos elementos

de instrução até então constantes nestes autos, destacando-se o pronunciamento de fls. 325, do responsável pela Apuração Preliminar objeto do presente, e com base nos termos do § 2º artigo 265 da Lei Estadual 10.261, de 28-10-1968, autorizo prorrogação por mais 30 dias para à conclusão dos trabalhos da apuração preliminar de que se trata.

Decisão de 27-9-2016

O presidente da Comissão de Análise e Avaliação de Projetos - CAAP serve-se do presente para cancelar o projeto Papalégua Escolinha de Atletismo apresentado pela Associação Atlética Papalégua, Proc. SELJ 1053/2015, no valor aprovado de R\$ 342.310,00 CNPJ 03.222.678/0001-07, valor captado R\$ 53.340,99 corresponde a 15,58% do valor do projeto, pelas razões que passa a expor: O Proponente relacionado teve seu projeto aprovado, contudo ainda que tenha procedido a abertura da conta bancária e o cadastro no Sistema SEFAZ/PIE da Secretaria da Fazenda, deixou decorrer o prazo de 180 dias, conforme estabelecem os artigos 18, parágrafo 1º e artigo 21, alínea b, da Resolução SELJ - 19, de 23-11-2015 publicada no D.O. de 24-11-2015, não atingindo a captação superior a 35% do valor do projeto. O proponente terá o prazo de 30 dias, a partir da publicação para opção na transferência dos recursos, cumprindo as formalidades do parágrafo único, do artigo 15, do Decreto 55.636, de 26-03-2010 e artigo 26, inciso II, alínea “a”, da Resolução SELJ- 19, de 23-11-2015, publicada no D.O. de 24-11-2015 e apresentar a documentação técnica ao projeto demonstrando sua viabilidade, conforme segue:

- Ofício em papel timbrado da entidade, assinado pelo presidente, com a opção na transferência de recursos, mencionando os dados do projeto que captou os recursos e os dados do projeto que receberá os recursos captados, com a justificativa.

- Extrato da captação de recursos do Sefaz ou conta bancária bloqueio desde a abertura até a data da entrega do Ofício.

- Concordância expressa do patrocinador quanto à transferência do recurso aportado do Projeto (nome do Projeto) entidade ou órgão (nome do Proponente) para o outro projeto (nome do projeto) da entidade ou órgão (nome), em papel timbrado, original, com o nome de quem assina cargo, assinatura com firma reconhecida, com apresentação de documentação comprobatória de quem assina, com poderes e vínculo com a empresa.

- Cópia do boleto emitido e pago para confirmação do valor de captação.

Em havendo ausência de interesse na transferência dos recursos, dentro do período aprazado, serão adotados os procedimentos conforme estabelecidos nos artigos 21 e 26, inciso II, da Resolução SELJ - 15, de 09-10-2014, publicada no D.O. de 10-10-2014.

Resolução SELJ - 34, de 29-9-2016

O Secretário de Esporte, Lazer e Juventude resolve:

Artigo 1º - Fica constituído na Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude o Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, de acordo m o artigo 6º da lei 9.362, de 31-05-1966, regulamentada pelos Decretos Nº(s) 48.176, de 04-07-1967; 56.637 de 01-01-2011;51.601 de 26-02-2007; 56.149 de 31-08-2010.

Artigo 2º - O Grupo setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, G.S.P.O.F.P; constituído pelo artigo 1º terá a seguinte composição:

I- Colegiado: Robert Walter Eng, RG: 8.322.773-8, Coordenador do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças públicas; Wilson Paulo de Pina, RG: 6.321.060-5, Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão; Suetzo Inoue, RG: 5.476.467-1, Representante da Secretaria da Fazenda; e Roselei Maria de Carvalho, RG: 17.563.518-3, Supervisora da Equipe Técnica.

II - Equipe Técnica: Fabrício Vegi, RG: 44.014.405-X, Representante do Gabinete do Secretário; Sonia da Silva Souza, RG: 13.469.672-4, Representante da Coordenadoria de Esporte e Lazer; Lucilene Vieira da Silva, RG: 9.352.097-9, Representante dos Fundos Especiais de Despesa do Gabinete; Elaine Cristina dos Anjos Papoy, RG: 18.209.309-8, Representante da Coordenadoria da Juventude; André Gomes Bernardes, RG: 32.681981-2, Analista de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas; Izilda Cristina Santiago, RG: 6.559.091-0, Secretária.

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Despacho do Secretário, de 21-9-2016

Processo: Self 0499/2016. Interessado: Divisão de Esporte. Assunto: Solicita Confeção de 5.000 Tabuleiros de Xadrez. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, o ato do Chefe de Gabinete que declarou a dispensa de procedimento licitatório, em conformidade com o artigo 24, inciso VIII do mesmo diploma legal, para a contratação da empresa Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP, visando à confecção de 5.000 tabuleiros de xadrez, a serem utilizados na continuidade dos eventos esportivos do Calendário de Eventos 2016 desta Secretaria.

COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

Termos de Aditamentos

Convenientes: Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e Associação Brasileira dos Profissionais de Educação Física e Esporte

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao convênio 01/2014 visando a adequação do plano de trabalho do Projeto ETEC na Comunidade

Cláusula Aditada:

Cláusula I – O ‘caput’ da Cláusula Primeira passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula Primeira

Do Objeto

O presente convênio tem como objeto a transferência de recursos financeiros para cobertura parcial de despesas com a realização do Projeto ETEC na Comunidade, de acordo com os correspondentes plano de trabalho e cronograma físico-financeiro, que integram o presente instrumento como Anexos I e II, respectivamente (fls. 898/903, 908/923 e 922/923).”

Cláusula II – Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições estipuladas no Termo de fls. 485/491, não alteradas pelo presente instrumento.

Data da assinatura: 21-09-2016

Parecer CJ/SELJ 194/2016, de 23-08-2016

Processo SELJ 1550/2013

Convenientes: Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e Associação Brasileira dos Profissionais de Educação Física e Esporte

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao convênio 135/2014 visando a adequação do plano de trabalho do Projeto Centro de Excelência Esportiva - Voleibol

Cláusula Aditada:

Cláusula I – O ‘caput’ da Cláusula Primeira passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula Primeira

Do Objeto

O presente convênio tem como objeto a transferência de recursos financeiros para cobertura parcial de despesas com a realização do Projeto Centro de Excelência Esportiva – Voleibol, de acordo com os correspondentes plano de trabalho e cronograma físico-financeiro, que integram o presente instrumento como Anexos I e II, respectivamente (fls. 857/890 e 881/890).

Cláusula II – Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições estipuladas no Termo de fls. 234/240, não alteradas pelo presente instrumento.

Data da assinatura: 21-09-2016

Parecer CJ/SELJ 191/2016, de 19-08-2016

Processo SELJ 0656/2014

Convenientes: Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo